

POR QUE O PODER PRECISA DA GLÓRIA: O PROBLEMA DA GENEALOGIA TEOLÓGICA DA ECONOMIA E DO GOVERNO EM AGAMBEN¹

Joel Decothé Junior (UNISINOS)²

joeldecothe@yahoo.com.br

Resumo: Giorgio Agamben com sua pesquisa empreendida em torno da genealogia teológica da economia e do governo aporta num estágio decisivo de suas escavações genealógicas, sobre as razões pelas quais o poder foi assumindo na vida ocidental o formato de uma *οικονομία*, ou seja, o exame do poder que foi operado pela via do agir administrativo das coisas e das vidas. Neste texto, temos a intencionalidade de traçarmos uma sinopse desta genealogia teológica da economia e do governo, e, retrocedermos com o filósofo italiano aos porões constitutivos da vida política, religiosa e cultural Ocidental. Logo, tendo em mente o fato de o poder ser substancialmente pautado pelo governo, temos uma implicação ético-política, que nos leva ao seguinte questionamento: por que o poder necessita da glória? Estamos diante de uma série de paradigmas que forjam o corpo e as categoriais centrais da política democrática na modernidade. Com esta genealogia Agamben nos mostra os influxos religiosos, que contribuíram para a vida de grupos e indivíduos na constituição de sua forma-de-vida. Isto objetivou a construção tanto de seu ser como de sua práxis identitária nas sociedades de espetáculo das democracias contemporâneas.

Palavras-chave: Poder; Economia; Genealogia; Teologia; Governo.

¹ Recebido: 15-01-2018/ Aceito: 25-01-2019/ Publicado 15-08-2019..

² Joel Decothé Junior é Doutorando em filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Rio dos Sinos, Brasil.

1. A BIPOLARIDADE DAS MÁQUINAS E A GENEALOGIA TEOLÓGICA DA POLÍTICA OCIDENTAL

O projeto filosófico de Giorgio Agamben esboça a preocupação nuclear com a noção de vida nua. Logo, podemos observar no escopo geral de seu pensamento, a constituição de uma via que foi aberta de uma forma proléptica com as investigações promovidas pela filosofia tecido por Michel Foucault ao forjar a gênese das pesquisas em torno do método da biopolítica. A tese central de Agamben inerente a seu projeto *Homo Sacer*³ gira em torno daquela afirmação que diz: “a vida nua é a produção originária do poder soberano” (CASTRO, 2011, p. 91). Em nossos apontamentos, nos ocuparemos dos problemas referentes ao livro denominado de *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer II, 2*. Este volume se constitui como o primeiro da série que trava o diálogo com o campo dos estudos teológicos.

A disposição de ordenação da série, situa o volume entre os textos *Estado de exceção* e *O que resta de Auschwitz*. *O reino e a glória* não se constitui como um mero vetor de continuidade do projeto, o que se nota é o fato de que podemos encontrar algumas mutações na disposição interna do projeto. Decerto, temos na questão que envolve os problemas relacionados ao método, a reelaboração de sua trajetória de

³ Cf. Ruiz, 2011, p. 4: O homo sacer é um conceito-limite do direito romano que delimita o limiar da ordem social e da vida humana. Nele transparece a correlação entre a sacralidade e a soberania. Ambas são estruturas originárias do poder político e jurídico ocidentais porque revelam os dois personagens que estão fora e acima da ordem: o homo sacer e o soberano. O homo sacer não só mostra a fragilidade da vida humana abandonada pelo direito, mas também, e mais importante, revela a existência de uma vontade soberana capaz de suspender a ordem e o direito. Tal poder só pode ser exercido desde fora da ordem e além do direito. O que homo sacer revela é a existência do soberano como figura essencial do direito ocidental e da sua ordem política. O soberano existe porque tem o poder de decretar a exceção do direito, ou seja, suspender o direito para decretar a existência da vida nua. Só um poder soberano, que esteja fora da ordem e acima do direito, tem o poder de decretar a suspensão do direito para os outros.

pesquisa. Dando atenção a questão do método, teremos uma visão que nos proporcionará uma leitura mais adequada das obras de Agamben. Isto é algo que compõem a unidade e coerência de sua abordagem filosófica e teológica dos problemas da teoria política ocidental. Desta forma, Agamben avança partindo da matriz jurídico política da soberania, apontando o poder de retirada da vida onde o filósofo vê o cerne do poder que dará significado ao seu entendimento daquilo que seja a biopolítica. No seu projeto de uma genealogia teológica da economia e do governo, “fica claro que existe uma evidente correção de rumo mais do que, como afirma o filósofo, uma extensão da análise foucaultiana” (BAZZICALUPO, 2017, p. 95). Esta é uma questão controversa, não temos espaço suficiente para estudá-la com exaustão.

A questão do método de trabalho filosófico para Agamben⁴ se entrelaça com categorias de ordem paradigmáticas e ontológicas, tais como resto e inoperosidade. Se fizermos um exercício de observação entre os pontos e paralelos presentes entre o método de construção filosófica de Foucault e Agamben, podemos notar que para o primeiro, torna-se importante a via de trabalho histórico-genealógica em sua concepção de biopolítica. Para o segundo, o esforço é o de

⁴ Cf. Decothé Junior, 2017, p. 70: O método de trabalho filosófico de Agamben certamente está próximo do empreendido por Foucault como estamos vendo. No próprio livro “*O reino e a glória*” o autor deixa isso bem claro ao aplicar o método genealógico e paradigmático que Foucault também utilizou em suas investigações. Mas, o filósofo francês realizou as suas investigações em múltiplos campos do saber, porém, Agamben frisa que Foucault não se aprofunda numa genealogia teológica. Existem diferenças de método entre os dois pensadores, e tais são deveras difíceis de ser identificadas precisamente e Agamben reconhece isto. Em seu livro “*Signatura rerum sobre el método*” de 2010, temos presente à exposição de suas perspectivas hermenêuticas de trabalho: (i) o paradigma, (ii) a arqueologia e unida a estas, (iii) a noção de assinatura. Neste livro, Agamben escreve que o seu pensamento é exposto como uma espécie de interpelação a respeito do método de Foucault de quem ele tem aprendido bastante nos últimos anos na escrita de seus trabalhos filosóficos. Apesar disto Agamben é modesto e deixa para o juízo de seus leitores “avaliarem o que seja propriamente dele nesta empreitada filosófica e o que seja de Foucault e ainda aquilo que é de ambos” (AGAMBEN, 2010a, p. 9-10).

“construir uma ontologia da política que se preocupa, sobretudo, com o problema da soberania” (TESHAINER, 2013, p. 36). A noção de máquinas precisa ser considerada com determinada atenção. Agamben forja o conceito de máquina governamental que tem a potência de produção do político, e ainda a conceitualização de máquina antropológica que tem a força de produção do humano. Tais conceitos para Agamben são elementos técnicos, que podemos localizar desde os seus textos de juventude. Para Agamben, a máquina antropológica existe como um dispositivo que cinde a animalidade da humanidade, sendo esta fratura a que perpassou toda a vida política da cidade antiga dos helenos.

Isto se dá porque a vida na Grécia antiga começou a ser distinguida entre a vida qualificada, que desde o ponto de vista político ganhou as condições ideais para ser incluída na praça dos debates éticos e políticos.⁵ Neste sentido, “a zoé é a vida biológica não qualificada, e bios é a vida política como tal, como vida qualificada” (BAZZANELLA; ASSMANN, 2012, p. 66). Agamben, escava de uma forma genealógica as estruturas da política e da cultura ocidental, tendo em vista que “a política se apresenta então como a estrutura, em sentido próprio fundamental da metafísica ocidental, enquanto ocupa o limiar em que se realiza a articulação entre o ser vivente e o *logos*” (AGAMBEN, 2010b, p. 15). A vida é o alvo de captura da máquina governamental de soberania e governo, asseveramos que esta noção de máquina é muito importante no desenvolvimento da genealogia teológica da soberania e do governo em termos de método de trabalho filosófico nos desdobramentos do projeto *Homo Sacer*.

O conceito de máquina para Agamben está espalhado e

⁵ Cf. Agamben, 2017, p. 221: “Uma genealogia do conceito de zoè deve começar pela constatação – de nenhum modo óbvia, inicialmente – de que na cultura ocidental “vida” não é uma noção médico-científica, mas um conceito filosófico-político.”

acaba ganhando vários sentidos ao longo de seus escritos. Existe a mínima junção de sentido teórico no cerne deste conceito ao ser confrontado com outro, que Agamben tratou com acuidade, a saber, a noção de dispositivo. A máquina é realmente um dos possíveis sentidos do termo dispositivo o qual se coloca na direção de ser encarado com “um significado tecnológico” (AGAMBEN, 2009, p. 34). Após ter construído a sua genealogia dos dispositivos foucaultianos, chega-se à conclusão de que a máquina se constitui como um dispositivo que possibilita a captura, orientação, determinação, interceptação, modelação e controle das ações e condutas e argumentos discursivos dos sujeitos. Agamben indica que a máquina representa um dispositivo de gestos, de ações e discursos. As máquinas são marcadas pelo fato de expressarem a sua condição de bipolaridade. A máquina elabora dois dados que aparentemente dão a impressão de que se encontram em uma condição de antagonismo: a “linguagem e a palavra na máquina-infância, a sincronia e a diacronia na máquina rito-jogo, a animalidade e a humanidade na máquina antropológica, a soberania e o governo na máquina governamental” (CASTRO, 2011, p. 105).

Aspecto relevante é o de que com a operatividade destas máquinas se fomenta as zonas de indicernibilidade, onde se faz inviável distinguir de qual dos dois polos trabalhados está se referindo. Temos o caso da máquina jurídica e política, que forja uma gama de zonas indiscerníveis, nas quais não existem condições de se perceber os predicados entre a animalidade e a humanidade, isso resulta nos campos⁶. De uma maneira curiosa o centro da máquina está vazio. Utilizando uma analogia da mecânica, Agamben denota que a

⁶ Cf. Agamben, 2015, p. 41: A noção de campo é um espaço que se abre quando o estado de exceção, que era essencialmente uma suspensão temporal do ordenamento, adquire uma ordem especial permanente que, como tal, fica, porém, fora do ordenamento normal.

engrenagem que opera os elementos que constituem as máquinas, ou seja, as suas bipolaridades não estão eivadas de nenhuma espécie de realidade ontológica. As máquinas gravitam numa opacidade, em razão disto, estão relegadas a estados de coisas utilitárias ou funcionais. A questão da funcionalidade é um ponto que garante a eficácia da máquina. Ao longo da extensa argumentação de *O reino e a glória*, o que se pode depreender é um movimento que nos remete ao cerne vazio da máquina governamental, de modo que a imagem utilizada para representar tal opacidade é a do trono vazio.

Agamben denota que as engrenagens das máquinas não visam apenas capturar o ser e a práxis dos sujeitos, mas busca capturar a condição de inoperosidade da vida. Esta categoria ontológica da inoperosidade é o motor que faz operar a máquina antropológica. A ideia da inoperosidade põe-se em oposição à ênfase inocente dada a produtividade capitalista desenfreada e ao trabalho como categoria central dos modernos. Esta postura direcionada ao progresso por um longo período impediu à modernidade de ter acesso a política como um espaço próprio da criatividade do ser humano. A política se mostra nesta reflexão como que restituída a sua inoperosidade nuclear, como aquele tipo de operação onde se realiza a transmutação inoperante de todas as obras: seja de natureza humana ou de ordem divina. A questão é a da proposta de uma noção de inoperosidade, pois não há como colocar, equivocadamente, ênfase em uma postura de ócio ou inércia, mas na instauração de um novo paradigma da ação ética humana e na possibilidade da construção de uma nova forma-de-vida. Segue-se a pergunta de trabalho posta por Agamben: por que o poder precisa da glória? Se no Ocidente este assumiu a forma de uma economia que governa a vida humana e todas as coisas. Sendo fundamentalmente governo, por que

o poder necessita da glória e de todo o aparato litúrgico cerimonialista que o acompanhou desde os seus momentos rudimentares?

Notemos que Agamben leva em frente a tarefa de erigir uma genealogia teológica da soberania e do governo que mapeie os meandros operativos do poder político. As máquinas são estruturadas de forma bipolar, assim é o caso da máquina governamental que opera no Ocidente. A máquina está na tensão entre *auctoritas* e *potestas*, soberania e governo ou ainda reino e governo. Se em seus textos políticos o foco esteve colocado no problema da soberania, agora sua genealogia teológica, continua dedicada a esta categoria, mas estuda as junções desta com outra categoria fundamental que constitui a máquina governamental na noção de governo. O projeto *Homo Sacer* iniciado em 1995, mantém a meta de se ocupar com as aporias ligadas a máquina governamental que é considerada o “arcano central do poder” (AGAMBEN, 2011, p. 10). Os deslocamentos promovidos por essa maquinaria precisam ser encarados com presteza. É de fundamental importância ter latente que tais problemáticas foram investigadas pelos trabalhos de Foucault. Aqui entram em jogo duas questões: (i) se de um ângulo, recupera para o seu trabalho dois problemas centrais dos estudos foucaultianos em sua última fase, com a noção de governo e economia. O que temos como implicação é o questionamento chave que move a genealogia teológica da soberania e do governo: por que o poder em sua operatividade no mundo ocidental foi tomando como base a forma de governo e economia? (ii) outro ângulo nos questiona sobre as razões de a investigação não se contentar com as conclusões das pesquisas empreendidas por Foucault. Por que razão busca-se enfrentar tais aporias ainda se utilizando do método genealógico?

O que procura fazer é uma genealogia do governo

econômico da vida. O livro *O reino e a glória* esboça uma postura teórica de aproximação cada vez mais precisa dos problemas levantados por Foucault, e ainda imprime uma investigação inovadora no campo da biopolítica ao correlacionar o diálogo de estudos de filosofia e teologia desde as matrizes do cristianismo primitivo. De uma forma controversa, “Agamben declara de uma forma afirmativa que pretende continuar o trabalho de Foucault” (ARAYA, 2014, p.166-167). O filósofo ítalo consegue manter uma posição de distinção em relação ao pensamento de Foucault. Esta é uma postura que exigiu um esforço filosófico de alargamento cronológico e temático em relação aos limites temáticos propostos pela genealogia de Foucault. Agamben, faz uma abordagem que se preocupa com a releitura dos primeiros séculos da religião cristã, onde se estabelece o expediente de busca dos tratados de teologia dogmática e da articulação conceitual do dogma da Trindade, tendo em vista a compreensão do paradigma teológico da economia e do governo. O que Agamben se propõe fazer é uma genealogia teológica da soberania e do governo.

Fato é que Agamben recorre aos esquemas conceituais da teologia trinitária. O mundo ocidental tem claramente um legado teológico que se torna objeto de trabalho metodológico nesta genealogia. Uma das questões que volta constantemente se refere ao problema da secularização. Agamben adverte que o fato de buscar na teologia cristã os elementos para a construção de uma genealogia da política, não representa que a teologia tenha um lugar especial em termos de causalidade fundacional. O mérito da teologia é o de ser um campo de problemas que ajuda no estudo do funcionamento e articulação do poder, seja do ponto de vista interno ou externo da máquina governamental, pois neste sentido “os dispositivos são devedores do conceito teológico de economia”

(MARCOS, 2014, p. 139). Apenas por meio da utilização da teologia a investigação genealógica empreendida pode acesar o arcano nuclear do poder no mundo ocidental, a saber, presente no conceito de glória.

O objetivo aqui é o de fazer alguns apontamentos sobre a economia e o governo presente na genealogia teológica. Indicamos que esta genealogia da economia busca elucidar o modo como os argumentos da teologia econômica foram se constituindo num formato de bipolaridade estruturante da máquina governamental e da noção de ordem, que podem nos mostrar a operatividade desta maquinaria de poder. Entram em jogo as condições do como se deu pela via da teologia da providência, a tentativa de se elaborar o sentido político que fomentou a ação dos dispositivos da economia na tensão entre o ser e a práxis, entre o reino e o governo, que expressa muito bem a ontologia dos gestos de governo que aparecem desde a teologia localizada na ideia de providência divina que governa o mundo. Estes dispositivos estão associados a “liberdade e tomada de decisão sobre como dispor as coisas e não a mera determinação natural das coisas. O dispositivo da economia enuncia uma peculiar forma de governar por meio da liberdade das criaturas” (RUIZ, 2014, p. 174). Questão importante é a presença das categorias de colateralidade e efetualidade. O problema desta genealogia teológica está posto na tensão que a categoria da glória como produtora da operatividade biopolítica da máquina governamental faz a gestão espetacular da vida e das coisas. O modo como Agamben faz o esforço e a tentativa de visualização do funcionamento de tais ações operadas por este mecanismo tanto no campo da filosofia, da teologia e política se dá por meio de uma genealogia da economia e do governo.

2. ARTICULAÇÃO DO PODER NO MECANISMO DE BIPOLIRIDADE ENTRE REINO E GOVERNO

A filosofia é um legado cultural para o nosso mundo atual, mas a teologia também contribuiu com a construção dos arranjos da política. Isto foi algo que acabou se tornando um tema de debates em vários círculos intelectuais ao longo do século XX. O jurista Carl Schmitt em sua obra intitulada *Teologia política*, colocou o problema da fundamentação teológica da política ao ostentar a posição de que todos os conceitos centrais da doutrina política moderna de teoria do Estado são em sua completude “conceitos teológicos secularizados” (SCHMITT, 2006, p. 35). Schmitt trabalha na descrição do paradigma da teologia política, procurando na teologia cristã os fundamentos sobre o problema de conceitualização da teoria moderna da soberania. A oposição a esta postura se dá com a teologia construída por Erik Peterson que sustentou o modelo paradigmático de que uma teologia política não é uma construção da teologia cristã, pois suas fontes são da teologia judaica. Peterson faz oposição à noção de teologia política com a ideia de uma teologia econômica que é elaborada desde os fundamentos teológicos presentes nos tratados sobre o dogma da Trindade. Na visão de Peterson é apenas em Fílon de Alexandria que encontramos pela primeira vez uma teologia política, que está atrelada à ideia da unicidade de Deus em sua monarquia celestial. Deus é quem detém todo o poder de governar as vidas e a sua criação.

Tal assertiva teológica acaba sendo alargada pelos primeiros teólogos cristãos. Frisamos o desenvolvimento da teologia de Eusébio de Cesareia que argumenta em defesa de “uma afinidade lógica entre um império romano, sujeito a um só imperador e uma Igreja de um só Deus” (DIAS, 2009,

p.19). Agamben pondera que teólogos como Juan Crisóstomo, Ambrósio de Milão e Jerônimo, seguem a posição de Eusébio ao se servirem do paralelismo que foi forjado entre a unicidade política do império romano e a unicidade imanente da substância divina ao fazerem a leitura do movimento histórico civil e eclesiástico. Ademais, argumenta que o paradigma da monarquia de Deus, onde se fundamentaria a perspectiva schmittiana do paradigma da teologia política, entra em colapso conforme Paterson, pois com a fundamentação de uma teologia econômica trinitária a teologia política não subsistiria. As altercações entre Schmitt e Peterson representam não apenas o fato de se colocarem em oposição como dois paradigmas teóricos, porém, o que temos é a complementariedade paradigmática onde a funcionalidade entre os mesmos garante a sua conexão de sentido dialético para o avanço do debate teórico político.

Temos uma oposição que não pode ser negada, segundo a funcionalidade do paradigma da teologia política este acaba se fundamentando na transcendência do poder soberano e na ideia forte de monoteísmo, na existência de um Deus que contradiz todo tipo de politeísmos, já no caso do paradigma da teologia econômica, temos uma postura invertida, pois esta defende que existe uma ordem imanente plural da vida de Deus e da vida dos seres humanos. Define-se isso postulando que “do primeiro paradigma derivam a filosofia política e a teoria moderna da soberania: do segundo, a “biopolítica” moderna, até o atual triunfo da economia sobre qualquer aspecto da vida social” (ASSMANN, 2004, p. 3). A conexão e funcionalidade de ambos os modelos, mostra o problema que vem à tona com a posição de Gregório de Nazianzo. Para Peterson, este teólogo do século IV exerceu uma função tática e central na construção da teologia dogmática da Trindade, influenciando a teologia dos padres apologistas

dos primeiros séculos, de forma muito especial Tertuliano, sendo este período marcado pela busca de conciliação entre a economia da Trindade e a natureza do monoteísmo. Temos que levar em consideração a hipótese de Schmitt sobre a secularização dos conceitos de governo e economia para fazer uma eficiente descrição da genealogia da soberania e do governo econômico da vida humana.

A tarefa é elucidar o modo no qual o paradigma da teologia econômica e o da economia política moderna se articulam entre si. Agamben toma como tarefa a análise dos tratados teológicos que tematizam a Trindade, coteja assim a teologia da glória. A articulação fundamental na disputa entre Schmitt e Peterson se dá em torno do dogma trinitário, pois somente assim para Agamben poderemos ter clareza da linguagem da economia. Ao examinar uma série de tratados desde os gregos até textos sobre a Trindade do século IV percebe algo que é importante em sua reconstrução arqueogenealógica do termo. Passa a traçar uma busca de sentido da terminologia da economia nos pensadores clássicos, de modo especial no pensamento de Aristóteles e Quintiliano, nestes existem aspectos que surgem como premissa na construção do sentido do termo economia. Agamben pontua que o pensamento grego do termo *οικονομία* remete ao paradigma da gestão e não as posições de ordem meramente epistêmicas. O sentido da “*οικονομία* encontra-se para além da normatividade de códigos de condutas ou num acento dado a ideia de ciência em sentido próprio, a sua designação se concentra na força de uma práxis administrativa e não em termos de pura teoria” (ZARTALOUDIS, 2011, p. 86). Temos que considerar com atenção a distinção que Aristóteles estabelece entre a noção de cidade e casa, a terminologia da *οικονομία* é evocada quando se quer articular uma noção de administração da casa em termos de funcionalidade e

ordenação da mesma em articulação com a disposição de seus membros e ordem de disposição das coisas.

Na genealogia teológica o significado da *οικονομία* está centrado na máxima de uma práxis ordenada em termos teleológicos. O significado deste termo na retórica de Quintiliano pode ser interpretado como uma extensão de seu sentido desde os fundamentos do grego clássico; mesmo que já não se refira à ordenação da casa, porém à das partes ligadas as orações. Frisa-se que o termo *οικονομία* em sua tradução para o latim ficou nomeado como *dispositio*, mas não significa que se trate aqui de uma simples disposição, tendo a implicação de uma eleição e análise de argumentos. Tece-se uma série de considerações sobre o sentido da *οικονομία* na teologia de Paulo. O consenso entre os estudiosos é o de que o termo teria um significado próprio na teologia paulina. As sentenças tais como a “economia da salvação”, mostra que a *οικονομία* se referiria ao projeto soteriológico. Agamben se contrapõe a esta posição e procura demonstrar que não consta na teologia de Paulo e muito menos nos teólogos primitivos do cristianismo este pretense significado teológico da terminologia da *οικονομία*. Agamben, vê na expressão “economia do mistério”, o que se forjou como hipótese de utilização técnica da terminologia no âmbito da teologia, sendo isto algo que representa a opção por uma interpretação centrada no encargo fiduciário presente em outros textos bíblicos.

Em todo o léxico da teologia de Paulo à comunidade messiânica aparece com a noção de pertença na gramática doméstica da economia. Esta está composta das funções dos escravos, servidores, administradores etc. Tal descrição em termos de uma economia da assembleia, conceito que tem a sua gênese em atividades políticas, faz referências a um movimento comum a época onde se entrecruzavam ambos os

vocabulários, “fazia-se um intercâmbio entre os sentidos público de cidade e de casa doméstica privada” (AGAMBEN, 2011, p. 39). A contestação das afirmações de que existe um sentido teológico do termo *οικονομία*, como já vimos acima, encontra-se nas obras dos teólogos dos séculos II e III. Isto indica que nem em Hipólito e Tertuliano temos as referências em termos de teologia no que tange ao sentido do termo. Mesmo que nestes teólogos haja uma gama de sentidos terminológicos que pensem na articulação da economia como uma descrição da vida interior da Trindade. Aqui temos que destacar que para Agamben a utilização da terminologia da *οικονομία* no campo da retórica é fundamental para que a elaboração do dogma da Trindade tivesse o seu acabamento nos moldes do que temos hoje. Não podemos perder de vista o exemplo de que Cristo é denominado de o verbo ou palavra do Pai. Outro aspecto é o de que até a conclusão de um léxico metafísico-filosófico adequado a harmonização entre a unicidade e a trindade divina, foi pautada pela malha de significados econômicos. Então, conclui-se que “quando a dogmática niceno-constantinopolitano alcança a sua forma definitiva, a *οικονομία* desaparece progressivamente do vocabulário trinitário para se conservar apenas no da história da salvação” (AGAMBEN, 2011, p. 50).

Ao começar o processo de formação da possibilidade conceitual teológica de jungir a unidade e a trindade divina, a terminologia da *οικονομία* será um vetor que demonstrará a realidade da práxis de Deus e de sua ação direcionada ao modo teleológico de operar. Não se trata de forjar um novo sentido, porém o que se quer é preservar o sentido presente em sua origem terminológica. O sentido do termo sofreu um deslocamento do espaço da casa doméstica para a vida interior da divindade. A economia que na teologia paulina se refere à ação que se inclina ao cumprimento do encargo que

Deus lhe havia dado como missão, passa a representar o agir de Deus que pode ser sinalizado na encarnação de seu Filho como o Messias ou o Verbo encarnado. Por esta razão a expressão paulina acabará sendo invertida, pois não será mais tratada como uma economia do mistério, mas como um mistério da economia, ou seja, Deus em sua práxis econômica mantém uma reserva de mistério em sua ação no mundo. A teologia cristã irá desenvolver uma concepção de história em termos econômicos, e em consonância com a noção de soteriologia universalista. Em Orígenes o nexo existente entre a economia e a história está posto com toda a clareza. Quando Orígenes interpreta as Escrituras Sagradas a sua finalidade é a de desvelar o mistério da economia, isto é, o padre da igreja deseja esquadriñar o projeto de Deus que rege a história universal. Em Clemente de Alexandria temos uma vinculação evidente da economia divina com a noção estoica de providência.

Com efeito, a partir dos séculos VI e VII no direito canônico a *οικονομία* ainda receberá o sentido de *dispensatio* ou exceção. Isto se dá em razão dos momentos em que não se aplica de forma estrita a lei, logo se começa a falar e fazer uso da noção de economia. Os primeiros teólogos do cristianismo recorreram ao uso do conceito de economia para asseverar a unidade na diversidade que resultou no dogma da Trindade. O que foi rechaçado com esta atitude certamente era a ameaça de se cair num politeísmo. A pluralidade das pessoas não diz respeito à substância divina, mas se refere a sua capacidade operativa, ou seja, a economia. A teologia cristã teve de se esforçar para não cair num estado de coisas politeísta, pois com isso ficou estabelecida uma fissura em Deus, ou seja, entre o seu ser e sua práxis, entre a sua ontologia e o seu fazer. Este tipo de bipolaridade resulta destes dois usos teológicos que pertencem ao termo da *οικονομία*,

isto é, num primeiro momento aponta-se para a organização imanente de Deus em seu ser; e adiante, para o seu projeto de gestão divina da história humana que aponta em direção a realidade econômica da salvação. A implicação importante em relação às complicações advindas da instauração desta bipolaridade existente entre ser e práxis, está em algo que tem a sua expressão máxima na noção de vontade e liberdade. Se observa que existe uma visão de mundo sustentada pela teologia cristã que não se harmoniza com a visão do mundo clássica, pois o problema está localizado no conflito entre as duas no que se refere à concepção de criação livre do universo.

A teologia cristã postula que Deus não cria o mundo devido à determinação de uma ordem de necessidade naturalista, mas está atrelada a sua condição de liberdade ontológica. O ser da divindade e sua práxis aparecem como vetores que o ligam a esta bipolaridade. Para os teólogos isto se torna um imperativo onde a vontade divina sempre tem de ser encarada como uma categoria libérrima. Com este legado da primazia da vontade livre, a influência heideggeriana do primado da vontade dominou toda a história da metafísica no Ocidente. A gênese deste domínio encontra-se na fissura entre o ser e a práxis divina, isto é algo que se vincula a noção teológica da *οικονομία* desde suas mais tenras formulações teóricas. Outra implicação é a que condiz com a relação existente entre governo e anarquia. A totalidade dos problemas articulados entre os séculos IV e VI estão em oposição deflagrada nas formulações arianas. Esta situação acabou tendo como base a questão clássica de fundamentação do princípio primordial de todas as coisas presente desde muitos séculos atrás na reflexão dos pré-socráticos, sendo que agora o tema retorna com o problema da origem e deidade do Filho de Deus. Em oposição às posições teológicas de Ario, a igreja da época assumirá a concepção teológica de que

o Filho de Deus além de ser o redentor é uma entidade que não tem princípio algum e se constitui como um ser anárquico.

Como elemento relevante a bipolaridade entre o ser e a práxis conduzirá a uma tensão contrária entre a teologia, campo de sentido onde propriamente podemos nos ocupar com o ser de Deus e a economia que tomará como objeto de trabalho a noção de práxis e gestão da vida e das coisas. O que surge é um dualismo de racionalidades distintas, pois cada racionalidade ostentará os seus conceitos e suas peculiaridades operativas. A teologia em sua racionalidade argumentativa nos remeterá para a consideração do paradigma da soberania, já no caso da racionalidade econômica, esta nos conduzirá para as esferas do paradigma do governo. As duas racionalidades bipolares são categorias técnicas de leitura genealógica, pois estas conferiram as condições necessárias para a realização da tarefa de erigir uma hermenêutica da política que teve uma longuíssima história, e que se construiu ao longo dos conflitos entre poder sagrado e profano. O que se vê é a tomada de consciência do movimento de demonstração dos fundamentos teológicos da bipolaridade entre soberania e governo.

Schmitt pontua que esta máxima faz parte do imaginário social que compõe a mentalidade dos povos do século XVI em diante, já para Peterson as coisas se dão de modo oposto, pois se faz necessário aprofundar o debate escavando as camadas mais primitivas do cristianismo em suas formulações teológicas. O fato é que Peterson não se concentra no ato de provar que a impossibilidade de uma teologia política cristã seja algo inviável, mas na razão de ter estabelecido um paralelo entre o modelo liberal que faz a distinção entre reino e governo e o modelo teológico que distingue em Deus o seu ser de sua práxis. A genealogia teológica deve cotejar

esta bipolaridade entre reino e governo, “porque, para além do mérito de haver estabelecido o paralelismo que assinalamos, Peterson busca imputar a separação entre reino e governo à teologia judia e pagã, e não a cristã” (CASTRO, 2012, p. 116). A relação de formação da teologia trinitária para Peterson se dá na direção de demonstrar que as elaborações econômicas fazem parte do legado teológico cristão. No ato de empreender esta genealogia entre reino e governo toma-se como fundamentação teórica o último capítulo do livro XVII da *Metafísica* de Aristóteles, onde consta o questionamento sobre o modo como o universo possui o bem. Para o pensamento metafísico aristotélico o universo tem a potência de possuir o bem como algo distinto ou posto em torno de uma ordem, assim podemos dizer que se trata de estipular se o bem tem um caráter transcendente ou imanente. Na realidade o que se torna mais importante é a conciliação entre o bem imanente do mundo, isto é, a ordem do universo com o bem transcendente espelhado pelo modelo divino do motor imóvel.

Aristóteles utiliza as imagens do general que ordena ao seu exército e a da ordem econômica da casa (Aristóteles, *Met. A 10/15*, 1075a). O problema da relação entre a transcendência, o bem encarado de modo distinto, a imanência e o bem que o universo detém em si mesmo é correlato a aporia da interação entre o ser e a práxis. Enquanto encaramos o bem como algo separado que se manifesta como uma substância ou como motor imóvel isto se dará desta forma. No caso do bem imanente temos uma relação, ou seja, uma ordem que governa o cosmos e que implica em atividades do bem separado da ação de ordenamento. Esta argumentação de Aristóteles serviu de referência contínua para os diversos tratados medievais que versaram sobre o bem ou sobre o governo do mundo. Além de ter sido a base para as

controvérsias a respeito da formulação das concepções de ordem. Um dos filósofos medievais com vasta argumentação sobre é Tomás de Aquino. Para ele, existem duas possibilidades de ordem: (i) a ordem de cada uma das coisas que foram criadas em relação a Deus, (ii) a ordem das coisas criadas entre si. A estrutura do cosmos medieval advém “da ordem transcendente e da ordem imanente, mas o sentido da ordem imanente não é nada mais que sua relação com o fim transcendente” (AGAMBEN, 2011, p. 103). Precedendo as intuições do Aquinate, temos a informação de que o problema da ordem já era ventilado por Santo Agostinho em seu comentário ao livro bíblico do Gênesis.

Para Agostinho, Deus se constitui como uma ordem em si mesmo, porém isto se dá em sua operatividade de ordenar onde a ontologia divina se mostra na condição de uma organização imanente e que se revela conforme os seus atos de atividade ordenada no mundo. A consonância identitária entre ontologia e práxis asseverada nesta linha em relação à ordem foi um legado que a reflexão teológica deixou como herança para o mundo filosófico dos modernos. Marx pensa que o ser do humano é propriamente composto de práxis e autoprodução de obras, de modo que isto implica em uma condição de “naturalidade mesma do homem que é entendido como “ser natural ativo”, isto é, dotado de apetite e impulsos vitais. O cerne da questão está presente na secularização da metafísica da vontade que do ponto de vista teológico encontra-se posto como o ser das criaturas em operação divina, mas que para Marx é pura produção da vontade e do trabalho. No texto *Liber de causis* de Proclo, mesmo que durante o medieval este texto fosse considerado como uma obra da lavra aristotélica, o importante é notar que nesta obra Proclo faz a clássica distinção entre a causa primeira e segunda. Ao comentar este livro, o Aquinate pontua que a

causa primeira é a causa universal ou geral e a causa segunda é aquela que se refere às causas particulares. Podemos fazer o destaque de que existem dois modos de ação das causas particulares que dizem respeito aos dois modos de ordenamento, isto é, o que se refere ao princípio único e o que diz respeito ao princípio recíproco.

Tomás de Aquino se apoiará nestas distinções para elaborar a sua doutrina do governo do mundo por parte de Deus. O Doutor Angélico se fundamenta justamente na doutrina da providência divina para sustentar tal posição. A providência geral representa o reino e terá a sua equivalência no sistema da causa primeira e a providência especial faz referência ao governo. Encontramos aqui causas segundas. Ao pensarmos nas hierarquias entre as causas primeira e segunda teremos a possibilidade de estipular a forma de relacionamento entre a providência geral e especial, entre o jeito com que a divindade reina no universo e a forma como governa. Temos um precedente técnico no âmbito do direito canônico onde as questões jurídicas e políticas fizeram a função de distinguir entre reino e governo na construção doutrinária que faz o discernimento da dignidade da administração e ainda na doutrina que articulou a norma jurídica da plenitude da potestade ao requerer a distinção anterior. A primeira distinção se encaixa no caso do príncipe de Huguccio de Pisa, que mesmo sofrendo de loucura não teria que sofrer a pena de deposição do seu posto, mas deveria se fazer a distinção entre a dignidade que a pessoa detém e o exercício do poder que neste estado de coisas precisa ser delegado ao seu adjunto. Nesta perspectiva, ainda temos a questão da doutrina da plenitude da potestade que aparece a partir dos debates sobre a questão das duas espadas: a espiritual e a mundana que procura “dizer algo sobre o poder papal e sua relação com o imperial” (CASTRO, 2012, p.

119). Aqui a indicação do problema é a de que se faz viável falar sobre a plenitude da potestade desde que uma causa primeira possa fazer sem a influência das causas segundas tudo o que tiver condições de fazer com elas.

Um das aporias que se originam desta questão é a do questionamento que leva em consideração o valor e a necessidade de poderes mundanos. Qual é a razão de ter de existir um poder fundado na força das espadas? Para vários pensadores daquele tempo o poder da espada temporal, isto é, a força do império não está a reboque das fragilidades do poder de ordem espiritual, pois as coisas se dão de forma bem oposta. Isto funciona assim para que estes poderes espirituais se ocupem realmente com as coisas espirituais deixando de lado toda a preocupação com as coisas de ordem material e temporal. O que se depreende desta questão é que para além das disputas por superioridade de poderes o que está de fato em jogo é o governo da vida humana. A plenitude dos poderes se efetiva na execução da força da espada secular, assim o debate sobre o poder de governo deve ser articulado com uma precisão e plenitude de execução. Poderíamos falar também da lente que guia a visão daqueles que depositam confiança na operatividade de reino e governo e ainda na perspectiva da soberania onde “não é possível separar a potência e o ato, o ordenamento da execução” (AGAMBEN, 2011, p. 118). Este conflito revela o modo como o universo é governado por meio destes dois axiomas, onde a *auctoritas* desvela um poder que não tem execução efetiva e a *potestas* que é um poder em pleno exercício de efetividade. Por esta razão, a bipolaridade de reino e governo é um problema de titularidade e exercício do poder de gestão sobre a vida e as coisas.

3. OPERATIVIDADE ONTOLÓGICA DA MÁQUINA GOVERNAMENTAL DE GESTÃO DA VIDA

Na ontologia elaborada pela filosofia antiga constata-se que ocorreu uma fratura entre o ser e o fazer. Diante desta fissura a teologia cristã se encontra. Sendo que o desafio é o de enfrentar tal contenda por meio das proposições elaboradas na doutrina teológica da providência divina. Esta doutrina da providência acaba recebendo a herança de problemas que a filosofia estoica lhe conferiu, pois este é o espaço onde são articulados os fundamentos das mais diversas variantes desta doutrina da providência. Se pensarmos na continuidade cronológica destas heranças a teologia cristã da providência é repassada como legado para as teorias e práticas de governamentalidade dos Estados-nações. A doutrina teológica da providência é encarada na modernidade como a “máquina providencial, expressão da *oikonomia*, aparato gerencial da vida dos seres humanos” (BARSALINI, 2015, p. 415). Encontramos algumas definições que de certa forma se erguem como críticas no que diz respeito às pesquisas empreendidas por Foucault e que são inerentes a sua genealogia do liberalismo moderno. Para Foucault, o interesse está focalizado em mostrar como aconteceu desde o século XVII tal deslocamento, e como o governo foi se formatando paulatinamente no modelo centrado na economia que visava apenas fazer da gestão burocrática da vida das populações o programa estatal de controle das condutas. O Estado tinha a meta de “tomar a população como alvo, ter a economia política como forma e os dispositivos de segurança internos e externos como instrumentos para afirmar uma predominância do governo em relação à soberania e a disciplina” (AUGUSTO, 2011, p.20). Esta situação se configura desta forma em razão da necessidade e problema de governar eficazmente as populações.

Foucault denota que o pastorado cristão é uma premissa genealógica desta circunstância, pois resulta no deslocamento destes mecanismos de exercício do poder. O Estado moderno centraliza o seu interesse em governar as almas pelo viés de um conjunto sem fim de técnicas antigas de direção da consciência. Agora o movimento era o de reelaborar tais práticas tendo em vista o governo eficiente dos corpos. Agamben segue em boa medida a argumentação foucaultiana a respeito deste precedente genealógico, que está calcado na teologia cristã e é direcionado às formas modernas de articulação do poder governamental das condutas. Agamben diverge de Foucault quando pensa em termos de cronologia e tema. Na genealogia agambeniana a relação da governamentalidade econômica com a teologia cristã ultrapassa a do pastorado cristão, pois esta tem a sua fundamentação na problemática da *οικονομία* trinitária que se encontra presente nas fontes do cristianismo primitivo. A explicação de tais problemas está nos tratados medievais que abordam a questão do modo como Deus governa o mundo criado e as vidas, pela via que provém da teologia da providência em seus desdobramentos seculares. Agamben entende que é pelo vetor da teologia da providência que o modo de governar dos modernos, em termos de economia, tem uma ligação com a teologia da economia trinitária. Este método compreende ser o mais apropriado para apresentar a questão da providência, que está posta no movimento de estudo da providência desde a filosofia estoica. Isto é algo que foi transformado em vários aspectos na teologia da providência em pleno medievo.

Agamben pondera que a gênese da máquina providencial está posta na filosofia articulada pelo pensador estoico do segundo século chamado Crisipo, que escreveu um tratado que leva o título de *Sobre a providência*. O ponto é que

“Crisipo deixou um legado importante tanto para a filosofia como para teologia ao fazer uma junção correlativa entre o problema do mal e o da providência” (AGAMBEN, 2011, p. 131). O mal na perspectiva de Crisipo não tem a sua gênese em termos de natureza, sendo isto algo que é afirmado pela noção de providência, porém está localizado na ideia de concomitância. Temos o exemplo da fraqueza de um crânio humano, que teve como fato de concomitância o evento de que a sua utilidade dentro da estrutura corporal humana, como cabeça, exigia que fosse formado por ossos menores e finos. No curso deste exame sobre a elaboração da noção de máquina providencial, temos a contribuição do pensamento de Alexandre de Afrodísia. Ao chamar à baila o pensamento deste filósofo aristotélico, quando pensa na questão da providência, mostra-se a oposição que foi feita por este pensador em relação à posição estoica. Com esta postura metafísica aristotélica causa grande influência, porque se a divindade tivesse a função de cuidar dos micros detalhes das coisas em geral, logo se constituiria numa divindade inferior a todas as coisas. A argumentação alexandrina, se fia no princípio de Aristóteles que postula a ideia de que o que está à vista de outra coisa é inferior a essa e está submisso a ela.

Mesmo diante desta posição Alexandre de Afrodísia não consente com a premissa de que as coisas são produzidas de uma forma totalmente accidental, sobretudo, a divindade não tem um conhecimento prévio de tudo, mesmo que estas coisas se produzam de uma forma involuntária. Buscando dar conta desta aporia inerente a questão da providência, entre as coisas que se produzem naturalmente e aquelas que são produzidas por acidente, a reflexão alexandrina persegue a hipótese de que existe uma natureza intermediária, isto é, a do voluntário não accidental. A teoria dos efeitos colaterais calculados entre me cena no que tange a tarefa de se fazer a

gestão da vida. Estes efeitos se constituem como involuntários pela razão de não se tratar de efeitos que agiram por si mesmo, porém são produzidos devido ao fato de que cada coisa é buscada em si mesma. Não temos configurada a ideia de que as coisas se dão de modo accidental, isto devido ao dado de que é possível prever ações levando em consideração a articulação racional dos eventos. Agamben insiste na ideia de que o rei reina e não governa, sendo a teologia da providência uma hipotética evidência disto. Dentro deste campo de problemas, temos a figura de Plutarco que de uma maneira distinta postula uma relação entre as noções de providência e destino. A providência se refere imediatamente ao projeto universalista, já no caso do destino, temos o plano dos efeitos específicos que advém da malha do universal. Plutarco ao tratar ambos os planos, firma a correlação entre a colateralidade e a efetualidade, e na genealogia da soberania e do governo se assevera que existe uma robusta ambiguidade neste jogo relacional.

É com a recepção do texto *Consolação da filosofia* de Boécio, que a metafísica da efetualidade pode direcionar efetivamente a teologia cristã para o âmbito de sentido do dispositivo estoicista da providência. Para além de qualquer transmissão vulgar com a reflexão de Boécio, o dispositivo estoicista se transforma numa máquina eficiente de governo das coisas e da vida que age em seu interior pautado pela noção de bipolaridade que neste caso se manifesta como providência e destino, universalidade e particularidade, transcendência e imanência ou reino e governo. Boécio entende que a divindade governa o mundo de duas formas bem distintas, ou seja, conforme um princípio transcendente e perene ou segundo a economia imanente que se articula na temporalidade mundana. Apesar desta distinção feita por Boécio, o problema do governo se dá em apenas uma ação

de Deus que ora se revela como providência e em outros momentos como destino ou economia. Para Boécio, o ordenamento do destino advém da singeleza da providência divina. Agamben focaliza a sua atenção na leitura destes clássicos para entender bem a questão do governo do mundo. Nestes tratados é que são articuladas as noções de governo divino de mundo por meio de uma teologia da providência. Temos a elaboração de “uma genealogia da governamentalidade moderna” (CASTRO, 2012, p. 119). Esta é diferente da empreitada por Michel Foucault, pois se ocupa com elementos econômicos da teologia cristã primitiva.

Em Agamben temos a afirmação de que é no pensamento de Tomás de Aquino e não no de Boécio que a noção de máquina governamental e a metafísica da efetualidade ganharão um acabamento mais preciso. Segundo sua genealogia, o Aquinate rechaçará a hipótese ligada ao pensamento do islã que afirma que Deus intervém continuamente, sem mediações, em cada ação de suas criaturas e também a posição que defendia que Deus somente age no ato de gênese do universo conferindo a cada uma destas coisas a sua própria condição natural e a capacidade de fazer o que quiser. Tomás com a sua articulação de causas primeiras e segundas, descreverá a ação divina de governar na linha de contingência das causas segundas.

O pensamento do Aquinate observa o ato de traçar uma distinção entre a noção de razão de governo e de execução. A ação divina dá vasão à primeira destas ações, isto é, se ocupa com a questão da ordem racional. Em relação a ordem das coisas Deus se vale de seus intermediários, isto é, neste caso fala-se a respeito da doutrina da angelologia burocrática. Os seres criados por Deus têm a possibilidade de participar do governo divino do universo. Tais pressupostos indicam que em Tomás a categoria de ordem é estudada em sua

premissa divina que é a providência e o que se percebe é que esta se manifesta como unitária e perene, mas na linha das causas segundas que envolve a noção de destino, temos uma ordem fugidia e variada. Quando pensamos nos seres racionais, a providência serve-se de sua natureza e da graça para governar a vida destes. Com efeito, a teologia da providência foi sendo desenvolvida até se configurar nos moldes de uma máquina governamental de poder biopolítico de gestão da vida e das coisas no mundo ocidental.

A genealogia se estende cronologicamente dos séculos III ao XIII da era medieval cristã. Uma série de proposições vão sendo construídas na leitura que faz sobre o paradigma providencial, de modo que isto se denomina como aquele tipo de circunstâncias que leva a erupção de uma “ontologia dos atos de governo” (AGAMBEN, 2011, p. 157). Esta ontologia dos atos de governo é composta de elementos como o da doutrina da providência que exige que tanto a filosofia como a teologia encarem a fratura que foi posta pela discursividade da economia no âmbito da metafísica antiga, sendo o seu resultado, a separação entre o ser e o fazer. Outro aspecto que se busca conciliar em razão da fratura operada pelos gnósticos é a noção da existência de um deus ocioso e de um deus operativo, tendo em vista a sua herança deixada para a elaboração de uma teologia cristã que implique na transcendência de Deus e no governo imanente do universo. Mesmo que seja monista a máquina providencial elabora duas esferas de bipolaridade, a saber, transcendência e imanência, causas primeiras e causas segundas, providencias geral e especial, perenidade e temporalidade e ainda ontologia e práxis. Temos que levar ainda em consideração que o efeito colateral se mostra como o paradigma dos atos de governar.

A fratura bipolar que a máquina providencial gera é uma implicação inevitável da ruptura entre os poderes

eclesial e estatal. Oriunda da condição vicária do poder temos uma consequência muito importante que representa a concepção de que não existe uma substância do poder político, mas somente uma economia em operação. A condição bipolar da máquina providencial torna os atos de governar frágeis até o ponto de permitirem que exista uma determinada liberdade na vida dos governados. Fica claro que o Ocidente recebeu uma forte herança teológica desde a sua origem ao se fazer política e isto ele tenta mostrar em sua genealogia teológica. Nesta investigação temos a argumentação de que nos conceitos de lei e milagre, reino e governo, leva em frente a influência da forma de fazer filosofia política que vem do medievo e da Reforma que está presente na modernidade, tendo os ecos destes conceitos no pensamento de Rousseau e sua herança advinda da teologia protestante. Da mesma forma que na teologia cristã se ponderava sobre o ser divino, na reflexão filosófica de Rousseau temos a afirmação de que existe uma invisível noção de soberania, assim como era ponderado na teologia, tal unidade invisível se forja em si mesma na fratura instaurada entre soberania e governo. Na linguagem de Rousseau que versa sobre a tensão existente entre a vontade geral e a vontade particular, isto acaba sendo aspecto visto desde o ângulo do poder legislativo e do poder executivo. No pensamento de Rousseau a soberania despótica não tem êxito, mas a defesa de “garantir ao máximo a soberania popular enquanto exercício permanente da vontade geral da nação como melhor receita contra o despotismo e a anarquia” (VIEIRA, 1997, p. 107). A ideia forte é a de que por meio deste modo de pensar se dá a operatividade do dispositivo econômico da providência.

Com esta abordagem do pensamento rousseauiano, Agamben em sua genealogia teológica apresenta a argumentação de que esta aporia política não se encontra na ideia de

soberania, no rei ou ainda no código de leis, mas está posta no governo, no ministro e na polícia. A questão do significado da economia se desloca para dentro do campo de sentido ligado a conceituação de economia da natureza e da mão invisível de Adam Smith. Aqui temos a ordem natural das coisas, assim como vemos na teologia da providência e ainda na operação da mão invisível que governa o mercado livre, assim também temos o Deus invisível que governa sem dar evidências de sua administração. O que ocorre nesta busca de elucidação da operação econômica é o fato de querer mostrar os deslocamentos de como os conceitos teológicos foram sendo secularizados pela gramática da política moderna onde a soberania popular foi esvaziada pelo imperativo de gestão governamental da vida .

4. A GLÓRIA COMO OBJETO DO PODER EM SEU ESPETÁCULO DE CONSENSO MIDIÁTICO

Desde as primeiras ponderações presentes no livro *O reino e glória*, chama atenção a relevância da interação entre a bipolaridade de reino e governo, pois esta só pode ser amplamente entendida se for interpretada tendo como pano de fundo a questão da glória. Isto significa que a categoria da glória é um dispositivo favorável às sociedades do espetáculo, onde o poder se torna um objeto de celebração e louvor que age em sua eficácia comprovada de captura pela via dos aparelhos midiáticos. Inicialmente faz-se um entrecruzamento das bipolaridades reino e governo e glória e mistério. O procedimento é o de demonstrar que a categoria da glória não fica sobreposta e suprimida pela noção de governo. A necessidade de articular e formular bem esta bipolaridade de reino e governo, nos leva a observamos na genealogia teológica a construção dos paradigmas da teologia econômica e da

teologia da providência, tomando como objetivo a tarefa de elucidar o modo como o reino e o governo produzem a sua articulação mais plena na dimensão gloriosa do poder como espetáculo midiático. Para tanto, trabalha-se com a seção de teologia dogmática que discorre sobre os pressupostos da angelologia. A base disto está na noção de poder sagrado, pois a dimensão da hierarquia celeste fará com que esta genealogia trate de traçar o paralelo entre a força do poder espiritual e a força do poder temporal, isto é, faz-se presente o fomento da consonância entre angelologia e burocracia estatal que estão desde os seus primórdios teológico-políticos inerentes na visão de mundo judaico-cristã e também islamita.

Desta maneira, afirma-se que bem antes das formulações das concepções estatais de administração e governo civil, já existia tal motivação burocrática na articulação erigida pela doutrina teológica da angelologia. A genealogia teológica da economia e do governo alarga a questão, pois “ não só o conceito de hierarquia, mas também os de ministério e de missão encontram, como vimos, sua primeira e articuladíssima sistematização precisamente no âmbito das atividades angélicas” (AGAMBEN, 2011, p. 175). O pensamento do teólogo Peterson acompanha as reflexões sobre a questão da angelologia. Peterson elabora uma teologia que afirma o fato de que mesmo não existindo uma teologia política no âmbito do cristianismo, a teologia da angelologia, denota que existe uma igreja militante que tem a sua unidade garantida com a igreja celeste que se dá pela via das celebrações litúrgicas onde os anjos tem um papel fundamental. A igreja mantém um contato com a esfera do político por meio da sua liturgia, ou seja, o cristianismo jamais deixou de ser uma religião cultural pública. O vetor que viabiliza tal possibilidade é o da angelologia, porque a igreja militante vai se envolvendo com questões de ordem política conforme adere as doxologias

que os anjos conferem perenemente a Deus em termos de glória. Para Peterson os anjos operam no viés de uma dupla funcionalidade no arcabouço teológico-político, pois os anjos em sua natureza têm a missão de louvar a Deus e auxiliar os seus ministros na colaboração que estes investem junto a Deus na tarefa de administrar o mundo. Agamben volta ao pensamento do Aquinate para fundamentar algumas de suas proposições genealógicas. Isso acontece quando se trata com mais rigor da questão dos anjos, assim vê-se que um governo se mostra mais perfeito e utiliza uma gama de intermediários para efetuar os seus arranjos administrativos.

Este princípio de que a divindade não faz a gestão do universo sozinha, nos apresenta a concepção de que o seu poder age por meio de seus anjos e ministros. O argumento de Tomás busca esquadriñar com detalhes as relações que são operadas entre os anjos. Temos o aproveitamento pleno da noção de hierarquia, pois se trata de uma concepção que nos remete a gênese da doutrina da angelologia. A investigação genealógica chama-nos a atenção para o dado de que o primeiro tratado relevante sobre a questão dos anjos foi escrito por Pseudo-Dionísio o qual foi denominado de *A hierarquia celeste*. Para Dionísio, o sagrado que emana da divindade é aquilo que mantém uma hierarquia ordenada, porque a ordem presente na hierarquia é a revelação da ordem imanente à divindade. Logo, temos uma relação entre a economia sagrada e o profano governo do mundo com forte teor interativo de uma estrutural piramidal. O argumento é o de que do seio da Trindade, provém à origem da hierarquia angelical de querubins, serafins e tronos. Algo que fará eco no governo terreno com os tronos, dominações soberanas e potestades. Em Dionísio, a estrutura hierárquica tem a sua base na efetualidade do louvor a Deus. A partir disto, conclui-se que “a hierarquia é uma hinologia” (AGAMBEN,

2011, p. 174). Ao tratar do tema da colaboração angelical na gestão do universo, o Doutor Angélico no texto *De gubernatione mundi* (Sobre o Governo do Mundo - Suma Teológica I - Vol. 2 / Questão: 108), encara o problema referente à função das hierarquias após o dia do juízo final e o ocaso do projeto soteriológico de Deus com o ocaso da economia.

Nesta leitura escatológica que toma como base a filosofia-teologia de Tomás, observa-se que neste estado de coisas Deus estará em uma condição de inoperosidade, deixando assim de exercer a sua função de gestor do universo, restando aos anjos somente uma funcionalidade laudatória, pois não precisam mais auxiliar na gestão da vida e das coisas do mundo. Esta posição se estende ao ser humano redimido que apenas celebrará perenemente a glória da majestade divina. A teologia resolve este problema com a concepção doutrinária da glória, a única exceção para esta questão normativa está posta na noção de inferno, pois nesta esfera os anjos caídos apartados de Deus, exercem o seu ofício ministerial aplicando os tormentos aos seres condenados que estão distanciados da glória divina. Visando aprofundar este problema na genealogia, toma-se mais uma vez as reflexões que Peterson desenvolveu a respeito da questão que abarca as relações entre política e liturgia. A hipótese de Peterson é a de que a liturgia cristã vai assumindo uma configuração pública e por isso também política, sendo isto operado por meio da questão ligada as aclamações litúrgicas em sua dimensão e faceta jurídica. A posição de Schmitt defende a concepção de que as aclamações e doxologias litúrgicas expressam o caráter jurídico e público do povo. Temos assim a explicação de que se faz necessário considerar tais aclamações como meras assinaturas. Agamben argumenta que não temos que concordar com Schmitt sobre a postura que condiz na questão da secularização, quando o jurista afirmar que os problemas

políticos do Ocidente se tornam mais compreensíveis se levarmos em consideração o cotejo dos mesmos com os conteúdos da teologia que nos foi legado pelo cristianismo latino.

O dualismo funcional dos anjos quer seja no ato de louvar ou no de administrar, nos ajuda a compreender melhor a disposição da bipolaridade operacional do poder que está posta entre reino e governo. Temos estabelecida a fratura no seio da máquina governamental que se dá entre a ontologia e a práxis, sendo algo que foi elaborado pela teologia cristã primitiva e que cindiu a metafísica antiga com a “articulação por meio da elaboração da economia divina” (CASTRO, 2012, p. 131). Com a genealogia teológica da política, investiga-se desde o pensamento teológico do Aquinate, aquilo que se refere a elaboração escatológica na linha de entendimento de que este tópico teológico nos confere as condições basilares de compreendermos no espaço da política as relações entre reino e glória. Isto é algo que se dá efetivamente onde a política não é exatamente pautada pelo governo, porém a sua estrutura fundacional está posta na realidade da liturgia. Uma das questões que se debate nesta genealogia de uma forma vigorosa é a seguinte: por que o poder sendo essencialmente governo, precisa da glória? Isto é, de todos os paramentos litúrgicos que o acompanham desde a sua gênese. Para dar conta deste questionamento Agamben tece uma arqueologia da glorificação, na qual num primeiro momento ataca o problema das relações entre estética e política. Nesta inserção estético-teológica a abordagem referida se vale da teologia de Hans Urs von Balthasar. Para ele a teologia deve partir do belo como categoria transcendental. Isto é algo que representa para Agamben a possibilidade de estetização de categorias políticas, e o problema é o de que a categoria da glória não se enquadra teologicamente na dimensão de sentido estético, pois faz referência a uma manifestação da

misteriosa teofania de YHWH que não pode banalmente ser estetizada.

Na tradição teológica do Ocidente a noção de glória não faz referência a categoria estética de beleza, mas tem o seu significado atrelado ao senhorio da soberania divina. Agamben contrapõe a teologia política estética de Balthasar à noção estética de Benjamin que intenta fazer uma politização da arte. Aqui a investida genealógica se ocupa com esta busca arqueológica do sentido da glorificação tomando como base as articulações de significado provindas da Bíblia e dos Padres da igreja e de modo peculiar, com as leituras de Irineu e Orígenes sendo o resultado de tal investigação a elaboração do conceito de paradoxos da soberania. Esta concepção paradoxal da glória tem a sua origem na teologia judaica, pois nesta tradição a glória assume um sentido subjetivo, ou seja, a glória divina em si mesma ou também objetiva, isto é, no ato de glorificação do ser humano tributado à Deus. Nos desdobramentos da teologia cristã referente a glória o enfoque foi dado a noção de glorificação em detrimento da concepção de glória. A categoria de glorificação serviu de objeto de pesquisa para sociólogos e antropólogos. Agamben dá atenção a esfera política da glorificação, isto é, sobre a sua operatividade dentro do dispositivo bipolar que move a máquina governamental. A intencionalidade da pesquisa é a de mostrar como a teologia da glória se ergueu nos termos de ser um modelo epistêmico e paradigmático que viabilizou a compreensão do arcano central do poder.

Deste modo, a ideia de que a teologia da glória tem em seu cerne duas proposições fundamentais: (i) de um lado a glória é a via que habilita a unidade em Deus no que se refere ao seu ser e a sua práxis, sendo isto dado pelo paradoxo cíclico existente entre as esferas da objetividade e subjetividade; (ii) de outro lado a glória tem uma junção substancial

com a categoria da inoperosidade. Apenas a glória resistirá aos eventos escatológicos quando a economia divina se completar totalmente. Aqui entra em cena a ideia da inoperosidade que nos conduz a percepção escatológica da teologia cristã que se rege por meio da via de representações do trono vazio que são esboçadas em alguns templos antigos, tais como nos mosaicos das igrejas de Santa Maria Maior e São Paulo Extramuros que são encontrados em Roma. Para Agamben o mais importante é a leitura biopolítica que se faz destas ponderações teológicas que vão influenciar as teorias políticas presentes na modernidade. Para tanto, ele argumenta que a luz desta questão da glória e de sua função efetiva na grande mídia e na opinião pública das democracias contemporâneas, a noção de domínio imposta sobre todos os ângulos da vida nas sociedades democráticas do espetáculo tem sua base na hipótese de Guy Debord⁷.

No que concerne agora não a inoperosidade de Deus, mas fundamentalmente a inoperosidade do ser humano, vemos na genealogia da soberania e governo a noção que indica que a substância política do Ocidente é a própria inoperosidade. Agamben defende a tese polêmica sobre a desativação dos dispositivos políticos por meio desta categoria da inoperosidade como vida eterna sendo a substância política do Ocidente. A vida inoperosa aparece como algo que a máquina governamental econômica da glória busca freneticamente capturar em seu próprio interior. Graças a esta conexão genealógica que subjaz entre a teologia da glória e a

⁷ Cf. Filho, 2007, p. 63: Na formulação específica de Debord, o denso conceito de *espetáculo* se refere, em síntese, tanto à experiência prática da realização (sem obstáculos) dos desígnios da “razão mercantil” quanto às novas técnicas de governo que impedem o homem moderno de alcançar a condição criativa e independente de *vivenciador*, um estágio mais elevado de participação na vida. Rebaixados ao mero papel de *espectadores*, de indivíduos isolados (“geralmente no âmbito da célula familiar), somos impelidos a nos relacionar com o mundo por meio de miríades de imagens e experiências astutamente produzidas pelos agentes do mercado e do estado – bens, serviços e representações que nos mantêm entretidos, ocupados, sem nos tornar efetivamente ativos.

sociedade do espetáculo, fica definido que o critério de demarcação da política contemporânea como paradigma é a categoria da glória que produz uma vida governada pelos excessos midiáticos. Nas atuais democracias liberais o governo que se dá por meio do consenso, recorre, consequentemente, a categoria da glória para estabelecer o consenso midiático acrítico. De modo que assim pode fazer com que a máquina governamental permaneça operando. O vínculo genealógico existente entre a inoperosidade de Deus e a inoperosidade humana nos leva atualmente, a apenas uma conclusão transitória sobre este problema do banimento da vida nua. Isto se ergue como algo que demonstra a necessidade de ser pensado numa dimensão que valorize uma espécie de análise política que transcenda a práxis da economia e da glória, pois temos que “pensar a política – para além da economia e da glória – a partir de uma desarticulação inoperosa tanto do “*bios*” quanto da “*zoé*”, isso ficará como tarefa para uma investigação futura” (AGAMBEN, 2011, p. 282).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua genealogia teológica da soberania e do governo vemos Giorgio Agamben realizar um avanço nos traços de sua pesquisa em filosofia política que teve seu início com o advento do livro *Homo Sacer I*. No que diz respeito ao problema tratado nesta pesquisa a sua remodelação se identifica com a colocação aporética da *oikonoμία* teológica como uma espécie de questão paradigmática do governo da vida que vem sendo operado desde os períodos históricos referentes ao mundo helênico, medieval e seguindo com sofisticação para dentro da modernidade. As bases estruturais do Estado moderno têm suas raízes no universo da teologia. Existe um paradigma teológico-econômico no poder estatal com sua

origem na doutrina da providência divina. Tal tópico nos mostra que Deus se ocuparia desta forma com o governo da vida humana, pois as suas ações estariam sendo oferecidas em favor de cada sujeito, e fundaria a concepção teológica de governo providencial no mundo. O Estado e a religião tinham em certa medida a finalidade de ordenar e produzir a operatividade como funcionalidade gestora das práticas e formas de vida dentro dos arranjos da vida da nação.

Pensando na conjuntura brasileira, podemos denotar algumas controversas políticas famigeradas que por meio da glorificação, isto é, do espetáculo midiático com que se promove um novo populismo conservador que se utiliza deste dispositivo para buscar a legalidade jurídica de normas tais como as do “Estatuto da Família, “Escola sem Partido”, “Cura Gay” etc. Agamben indica que os imaginários teológicos conferem fundamento as técnicas dos dispositivos de governo da parte do poder estatal. O paradigma da teologia econômica estruturou as tecnologias de governo, conduzindo teleologicamente a produção de direitos dos cidadãos. Para garantir tais conquistas, o Estado foi produzindo aparelhos disciplinares para sujeitar e eliminar estes indivíduos. Agamben faz uma ácida crítica a soberania do aparelho governamental, pois vislumbra profanar um modo de governar que trata a vida pela via dos cálculos da racionalidade economicista de financeirização da vida. As ponderações desta genealogia teológica da economia e do governo nos mostram que aconteceu determinada operação biopolítica no Ocidente, que “tem as suas origens no paradigma teológico-econômico e no paradigma pastoral cristão” (CARVALHO, 2017, p. 91). Assim, o que temos é a operação das políticas de controle e governo da vida. Estas operam na malha social com o objetivo maquinal de fazer viver e deixar morrer.

Este poder opera pela via da exceção e impõe regras

gestoras na vida pública com minuciosos detalhes e na vida doméstica. A vida definitivamente perde a aura sagrada da liberdade. Agamben nos provoca no sentido de exercermos a potência ontológica do não, que nos faz pensar para além da violência produzida biopoliticamente. A advertência é a de resgatarmos a “condição política como modo de ser ocidental, o que pode permitir tornar a política condição e *locus* privilegiado da experiência do que vem a todo instante, a cada momento” (BAZZANELLA; ASSMANN, 2012, p. 87). O que vem sutilmente virá. Não virá de algo predefinido finalisticamente. Vêm a cada instante em qualquer que seja, onde a singularidade das relações, se apossa do mundo e da vida. A festa do bem viver pode ser a política que vem, na renovada forma-de-vida mais genuína do corpo, pois “o corpo glorioso não é outro corpo, mais ágil e belo, mais luminoso e espiritual: é o mesmo corpo, no ato em que a inoperosidade o retira do encanto e o abre a um novo possível uso comum” (AGAMBEN, 2014, p. 147).

Why the power needs glory: the problem of the theological genealogy of the economics and government in Agamben

Abstract: Giorgio Agamben with his research undertaken around the theological genealogy of the economy and the government the door in a decisive stage of his genealogical excavations, on the reasons why the power was assuming in western life the format of a *οικονομία*, that is, the examination of the power that has been operated by the administrative act of things and lives. In this text, we have the intentionality of tracing a synopsis of this theological genealogy of the economy and the government, and, back with the Italian philosopher to the constitutive basements of western political, religious and cultural life. Therefore, bearing in mind the fact that the power is substantially guided by the government, we have an ethical-political implication, which leads us to the following question: Why does power need glory? We are facing a series of paradigms that forge the body and the central categories of democratic politics in modernity. With this genealogy Agamben shows us the religious inflows, which contributed to the lives of groups and individuals in the constitution of their life form. This aimed to construct both his being and his identity praxis

in the spectacle societies of contemporary democracies.

Keywords: Power; Economy; Genealogy; Theology; Government.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O uso dos corpos*. Tradução Selvino J. Assmann. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. (Estado de sítio, Homo Sacer, IV, 2).

_____. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução Davi Pessoa Carneiro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Nudez*. Tradução Davi Pessoa Carneiro 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. *O homem sem conteúdo*. Tradução, notas e posfácio de Claudio Oliveira. 2. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2*. Tradução Selvino Jose Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Signatura rerum. Sobre el método*. Traducción de Flávia Costa y Mercedes Ruvituso. Barcelona: Editorial Anagrama, 2010a.

_____. *Homo sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.

_____. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Tradução Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Editora da Unochapecó, 2009.

ARAYA, Adán Salinas. *Lá semântica biopolítica. Foucault y sus recepciones*. Viña del Mar: CENALTES Ediciones EIRL, 2014.

ARISTÓTELES. *Sobre a alma*. Tradução de Ana Maria Lóio (Universidade de Lisboa). Revisão científica de Tomás Calvo Martinez (Universidade Complutense de Madrid). Centro de filosofia da Universidade de Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2010.

_____. *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário: volume II: texto grego com tradução lado a lado. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ASSMANN, Selvino José. Da teologia política à teologia econômica: entrevista com Giorgio Agamben. In: *Revista internacional interdisciplinar INTHERtesis*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 1-11, jan/jul 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/734/10790>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

AUGUSTO, Acácio. Política e polícia. In: *Foucault: filosofia & política* / Guilherme Castelo Branco, Alfredo Veiga-Neto, (Organizadores). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BARSALINI, Glauco. Deísmo, teísmo e a máquina governamental contemporânea. In: *Estudos Teológicos São Leopoldo* v. 55 n. 2 p. 404-418 jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/2192/2420> Acesso em: 12 mar. 2017.

BAZZANELLA, S.L; ASSMANN, S.J. A Máquina/

dispositivo político: a biopolítica, o estado de exceção, a vida. In: LONGHI, A.J. (Org). *Filosofia política e transformação*. São Paulo, SP: LiberArs, 2012.

BAZZICALUPO, Laura. *Biopolítica: um mapa conceitual*. Tradução: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

CASTRO, Edgardo. O poder e a vida nua: uma leitura biopolítica de Giorgio Agamben. In: NEUTZLING, Inácio; BARTOLOMÉ RUIZ, Castor M.M. (Orgs.). *O (des) governo biopolítico da vida humana*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2011.

_____. *Introdução a Giorgio Agamben. Uma arqueologia da potência*. Tradução Beatriz de Almeida Magalhães. São Paulo: Autêntica, 2012.

CARVALHO, Osiel Lourenço de. Insígnias teológicas no Estado moderno e a biopolítica: um olhar sobre ‘O reino e a glória’. In: *Giorgio Agamben em foco / organização de Claudio de Oliveira Ribeiro*. – 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

DECOTHÉ JUNIOR, Joel. Sobre o Método: Continuidade e descontinuidade entre as genealogias de Giorgio Agamben e Michel Foucault. In: *Kalagatos*, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2017, p. 59-75. Disponível em: <<http://www.kalagatos.com.br/index.php/kalagatos/article/view/72>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DIAS, Paula Barata. *Romanitas* e universalismo cristão. Reflexões sobre o poder de Roma. In: Nair de Nazaré Castro Soares, Santiago Lopes Moreda (Coordenação). *Gênese*

e consolidação da idéia de Europa. Vol. IV – Idade Média e Renascimento. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

FILHO, João Freire. Sociedade do espetáculo à sociedade da interatividade? In: GUTFREIND, Cristiane Freitas, DA SILVA, Juremir Machado (Org). Guy Debord: antes e depois do espetáculo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. (Coleção Comunicação; 41).

MARCOS, Maria Lucilia (Org.). *I would prefer not to. Em Torno de Bartleby.* Lisboa: Unyleya, 2014.

RUIZ, Castor Bartolomé. Los dispositivos de seguridad y la excepción biopolítica. In: SUSÍN BETRÁN, Raúl. *Seguridad (es) y derechos inciertos / Raúl Susín Betrán, M.^a José Bernuz Beneitez (coords.).* – Zaragoza: Prensa de la Universidad de Zaragoza, 2014.

_____. Homo sacer. O poder soberano e a vida nua. *IHU Online: Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, ano XI, n. 371, 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4044&secao=371>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SCHMITT, Carl. *Teologia política.* Tradução de Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TESHAINER, Marcus Cesar Ricci. Política e desumanização – aproximação entre Agamben e a psicanálise. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2013.

VIEIRA, Luiz Vicente. A democracia em Rousseau: a recusa dos pressupostos liberais. Porto Alegre: EDIPUCRS,

1997.

ZARTALOUDIS, Thanos. Government / Oikonomia. In: *Then Agamben Dictionary*. Edited by Alex Murray and Jessica Whyte. Edimburgh: Edimburgh University Press Ltd. 2011.